



## NOTA TÉCNICA

# Desatualização e indisponibilidade de dados de compras públicas do Governo Federal

## RESUMO

Esta nota da Open Knowledge Brasil apresenta elementos técnicos a respeito do episódio de indisponibilidade e de desatualização do Portal da Transparência e do Painel de Compras do governo federal entre 26 e 27 de janeiro de 2021. O objetivo é contribuir para a qualificação do debate sobre os dados existentes, além de apontar aos órgãos competentes a necessidade de aperfeiçoamento dessas ferramentas e da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos — INDA.

Entre os problemas, além da **grave fragilidade da infraestrutura que torna o portal inacessível mediante pico de acessos**, destacamos a **falta de atualização de todas as despesas de 2021**, em que pese a legislação determinar publicação diária desses dados e o mês de janeiro já estar perto do fim.

## CONTEXTO

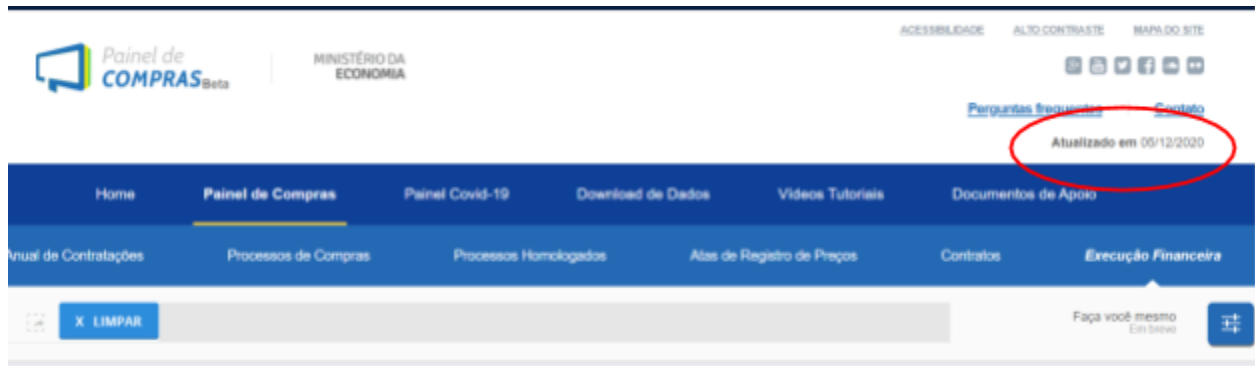
1. Em 24 de janeiro de 2021, o núcleo de jornalismo de dados do portal Metrôpoles publicou a [reportagem](#) “Mais de R\$ 1,8 bilhão em compras: ‘carrinho’ do governo federal tem de sagu a chicletes”. Para levantar os números, pelo que se pode depreender do texto, foi utilizado o “[Painel de Compras](#)” do governo federal, no módulo execução financeira.
2. O “Painel de Compras” é uma ferramenta de consulta que agrega os sistemas de licitação do governo federal e suas diferentes fases e modalidades. É mantido pelo Ministério da Economia. Trata-se de um recorte do orçamento público (apenas a parcela de despesas relativas a aquisições/licitações). A totalidade das

despesas — o que inclui pagamento de servidores, convênios e transferências, por exemplo — encontra-se no módulo de despesas do [Portal da Transparência](#), mantido pela Controladoria Geral da União (CGU).

3. O texto gerou ampla repercussão nas redes sociais em 26 de janeiro e despertou a curiosidade de centenas de milhares (ou até milhões) de pessoas. Na linguagem das redes, “viralizou”. O compartilhamento de fragmentos da história (contratos, fornecedores específicos) fez com que um grande número de pessoas realizasse buscas no Portal e, diante do movimento atípico, tudo leva a crer que o Portal da Transparência saiu do ar por não suportar o volume de acessos. A justificativa de problemas técnicos foi apresentada em [nota da CGU](#) sobre o tema.
4. Constatamos **a total indisponibilidade do Portal da Transparência pelo menos pelo período de 11 horas — entre as 22h00 de 26 de janeiro e as 9h00 de 27 de janeiro**. Já no Portal de Compras não identificamos interrupção, apesar da extrema lentidão para realizar buscas — o que já acontecia antes de a reportagem ser publicada.
5. Mais que a incapacidade de lidar com o amplo volume de acessos, o episódio revela outros problemas da infraestrutura de dados abertos do governo federal, que elencamos a seguir.

## PROBLEMAS IDENTIFICADOS

6. **Desatualização do Painel de Compras.** O “Painel de Compras” (cujos dados foram utilizados na reportagem do *Metrópoles*) indica que a última atualização aconteceu em **5 de dezembro de 2020** (conforme imagem abaixo). Em “perguntas frequentes”, o Ministério informa que a atualização é feita mensalmente, na primeira quinzena de cada mês. Além de esse período já ter se esgotado, é questionável a pertinência de um prazo de 1 mês para realizar essa publicação, já que a legislação de despesas exige a divulgação diária de informações dessa natureza (Lei da Transparência - Lei Complementar 131 de 27 de maio de 2009).



- 7. Falta de Dados Abertos no Painel de Compras.** A navegação sofrível e a lentidão na busca poderiam ser superadas caso houvesse bases de dados abertos para baixar, contendo o mesmo conteúdo do painel. Assim, usuários mais experientes poderiam conduzir seus próprios cruzamentos e análises. Mas o item “Download de dados” remete apenas a um [texto explicativo sobre a API](#) de compras, que também apresenta problemas (conforme parágrafo a seguir).
- 8. API de Compras indisponível e desatualizada.** Este é um mecanismo para obter dados diretamente do sistema, a partir de um script, o que exige conhecimentos de programação. Novamente, a questão da desatualização aparece — segundo a página, a última atualização aconteceu em **novembro de 2020**. Além disso, a API costuma ser instável e, no momento de produção desta nota, não estava disponível.



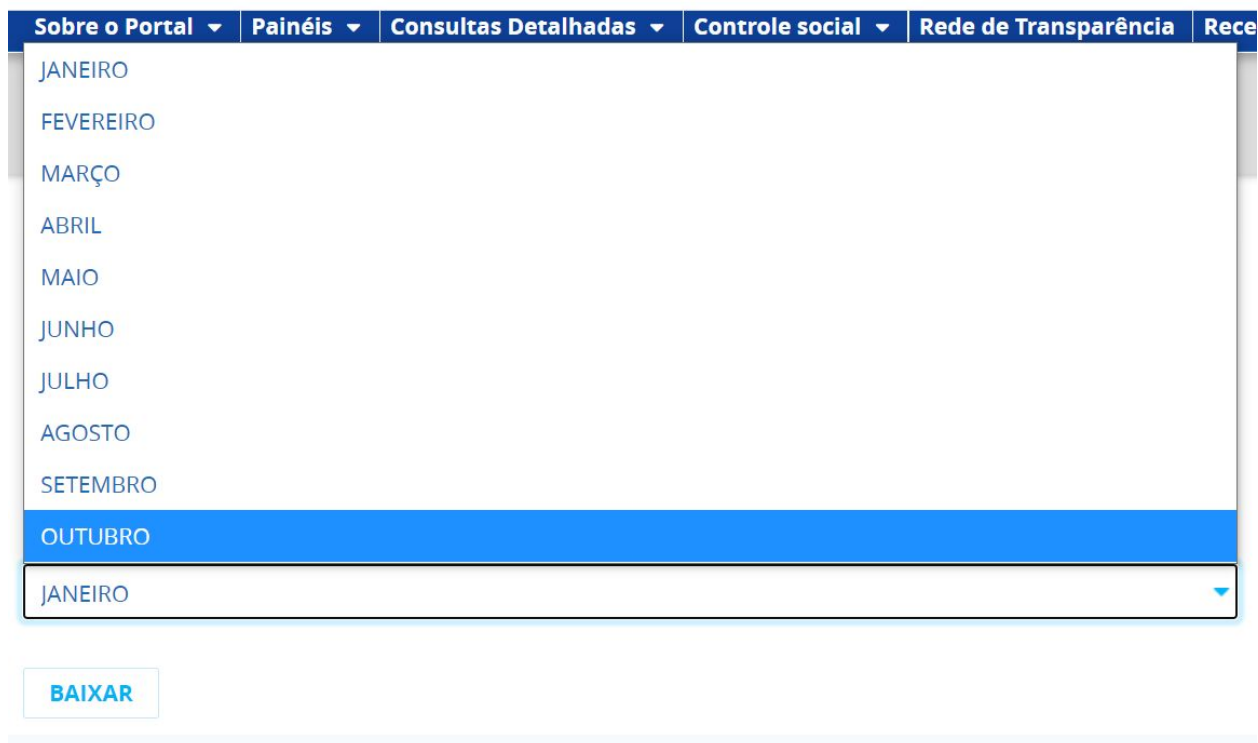
- 9. Falta de contexto sobre a fonte de dados do Painel de Compras.** Não há detalhes sobre a fonte dos dados — ou seja, de quais sistemas de informação o Painel extrai os dados das compras. Essa informação é imprescindível para a correta interpretação dos dados publicados e eventual comparação com outros dados existentes, como o Portal da Transparência. Existe um botão “Mais

informações” na página, mas, após teste em vários navegadores, constatamos que não funciona.

- 10. Desatualização da ferramenta de consulta do Portal da Transparência.** O último seletor disponível é o ano de 2020. Esse quadro, que deveria ser de atualização diária, ainda não traz informações de 2021.



- 11. Dados abertos desatualizados no Portal da Transparência.** Outubro de 2020 é o último mês disponível para download dos [dados abertos de “Licitações”](#) do Portal da Transparência, conforme a imagem abaixo.




12. **Falta integração entre os portais e articulação entre os órgãos.** A confiabilidade dos dados do Painel de Compras depende de sua contextualização, como afirmamos acima. Além disso, parece haver um descompasso entre as informações de ambas as ferramentas aqui tratadas, tanto de conteúdo quanto de lapso temporal. Esse problema, mais estruturante, reflete o abandono da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) — que já foi liderada pelo então Ministério do Planejamento (hoje, Economia), e posteriormente assumida pela Controladoria Geral da União em 2019, permanecendo sem atividades em seu Comitê Gestor por um período de dois anos entre 2018 e 2020.<sup>1</sup>
13. **Instabilidade no Portal da Transparência.** A indisponibilidade do Portal por excesso de acessos já havia sido constatada na ocasião da divulgação do Auxílio Emergencial. Em [nota divulgada à época](#), em setembro de 2020, a CGU afirmou que estava priorizando os esforços para tornar a infraestrutura mais robusta. Embora o volume de acessos em ambos os casos tenha, certamente, excedido em muito o habitual, não é aceitável que um país com a dimensão do Brasil não tenha previsão de suportar grande quantidade de cidadãos consultando ferramentas de transparência simultaneamente. Além disso, não é incomum a lentidão em outras ocasiões, o que indica, mais uma vez, um problema estrutural.

## RECOMENDAÇÕES

14. Além da **atualização** e **disponibilização** das diversas bases de dados indicadas, é preciso que os órgãos responsáveis trabalhem pela **automatização das rotinas**. Enquanto isso não for possível, que o **fluxo de procedimentos e de responsáveis pela atualização seja bem definido e transparente**.
15. A CGU iniciou, no primeiro semestre de 2020, um processo de **reestruturação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA)**, após dois anos sem atividades. Apesar de ter feito consulta pública naquele momento, ainda não estabeleceu um instrumento (Portaria, Decreto) para operacionalizar essas mudanças. Também não deu transparência ao cronograma e não detalhou o Plano de Ação que pretende seguir.
16. Para demonstrar o compromisso com essas melhorias da infraestrutura do Portal, como afirmado publicamente, recomendamos à CGU que dê **transparência aos**

---

<sup>1</sup> Este parágrafo foi atualizado em 05 de fevereiro de 2021, devido à possível ambiguidade no texto em relação aos órgãos responsáveis pela coordenação da INDA durante o período de inatividade de seu Comitê Gestor observado entre novembro de 2018 e novembro de 2020.



**investimentos** que têm realizado para esse fim, bem como apresente um **plano de ação** detalhando o que pretende realizar no futuro próximo. Assim, a sociedade pode seguir colaborando com o incremento dessa plataforma essencial para a democracia brasileira, como tem sido desde seu lançamento, há 16 anos.

## **SOBRE A OKBR**

A OKBR, também conhecida como Rede pelo Conhecimento Livre, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e apartidária que atua no país desde 2013. Desenvolvemos e incentivamos o uso de tecnologias cívicas e de dados abertos, realizamos análises de políticas públicas e promovemos o conhecimento livre para tornar a relação entre governo e sociedade mais transparente e participativa. Saiba mais no site: [ok.org.br](http://ok.org.br)

## **CONTATO**

Para mais informações, entre em contato em [imprensa@ok.org.br](mailto:imprensa@ok.org.br).